

A ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA: INTERPRETAÇÃO E MUDANÇA DE RUMO NA TRAJETÓRIA COOPERATIVISTA

Rosane Calgaro

Graduação em Administração pela Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Econômicas de Palmas. Mestrado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina. Doutoranda em Administração pela Universidade Positivo.
E-mail: rocalgaro@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho discute a interpretação da organização cooperativa evidenciando as limitações da desconsideração dos pressupostos que fundamentam este tipo organizacional. O ensaio de cunho teórico segue a interpretação que as cooperativas precisam ser descritas e analisadas considerando os elementos históricos e contextuais. Interpretamos que cooperativismo enquanto movimento emergiu no bojo do movimento operário em um contexto marcado pela industrialização com alterações significativas nas noções de trabalho e no sentido do tempo. Também foram relevantes neste processo a atuação do estado, a estruturação da classe operária e a emergência do gerenciamento. A conclusão apresenta implicações da equiparação das cooperativas às organizações de capital e propõe questionamentos acerca do tema para uma possível agenda de pesquisa.

Palavras-chave: Cooperativismo. Industrialização. Classe Operária. Organizações.

ABSTRACT

This article discusses the interpretation of cooperative organization showing limits of disregarding of fundamentals this organization types. The theory essay follow the interpretation that cooperatives needs to be describes and analyzed considering their history and context. We interpret that cooperativism has movement emerged in the midle of operary movement in a context of industrialization with changes in the meaning of work and time. Also was relevant in this process a state atuation, theworking class estruturation and management appearance. The conclusion show implications of assimilation of the cooperatives with capital organizations and proposes questions about the subject for research agenda.

Keywords: Cooperativism. Industrialization. Working Class. Organizations.

1 INTRODUÇÃO

Um olhar sobre os trabalhos produzidos em torno das organizações cooperativas revela, em grande parte deles, a adoção de uma descrição unilateral que equipara cooperativas e organizações empresariais ignorando os diferentes pressupostos que as constituíram e a especificidade de sua natureza. Desconsiderados os elementos contextuais envolvidos tanto na criação quanto na trajetória cooperativista, as cooperativas que na essência constituem sociedade de pessoas, são analisadas sob o mesmo patamar das organizações de capital. Acreditamos que esta forma analítica contribuiu, desde a ascensão dos modelos gerenciais, para a empresificação das cooperativas.

O entendimento adotado no presente trabalho defende que compreender a organização cooperativa vai além de uma descrição pontual e isolada deste tipo organizacional, trata-se de considerar aspectos históricos e do contexto influenciadores na estruturação das experiências cooperativas. Também implica levar em conta que o processo de industrialização, aliado à proliferação das organizações de diferentes naturezas, sobretudo empresariais, constituiu o pano de fundo para emergência das cooperativas.

Este ensaio objetiva discutir a organização cooperativa considerando os aspectos históricos e contextuais envolvidos na trajetória do cooperativismo enquanto movimento. A estruturação das cooperativas se efetivou no bojo do movimento operário em um processo de emergência das organizações formais em função das condições determinadas pela industrialização. Apesar da experiência dos tecelões de Rochdale, servir de referência por ter perdurado, outras experiências cooperativas europeias contribuíram fortemente para o cooperativismo, também devem ser consideradas as ideias vindas dos socialistas tópicos neste processo. Nas últimas décadas (a partir de 1990) destaca-se a colonização das cooperativas pela lógica gerencial sob a qual, cooperativas são equiparadas às organizações empresariais. O tratamento gerencial dado às cooperativas resulta da desconsideração dos pressupostos para os quais as mesmas foram criadas e contribui no ajustamento do cooperativismo voltado à competitividade e ao mercado.

Tendo por base tais argumentos propomos entender a organização cooperativa em sua origem resgatando os elementos considerados fundamentais quando da sua estruturação. Acreditamos que ponderar sobre esses elementos históricos e contextuais¹ possa contribuir para desmistificar a interpretação da cooperativa como empresa de capital, apesar do rumo tomado pelo movimento.

A primeira parte do texto discute brevemente a industrialização e seus impactos no significado do trabalho, no sentido do tempo e a atuação do estado neste processo, a emergência do movimento operário e do gerenciamento constituem a segunda parte do texto. A terceira parte discute estruturação das primeiras cooperativas e o rumo tomado pelo movimento seguido das considerações finais.

¹ Revolução Industrial e seu impacto no significado do trabalho, no tempo, a emergência do movimento operário e do gerenciamento.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 INDUSTRIALIZAÇÃO E EMERGÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES: ALTERAÇÕES NO SIGNIFICADO DO TRABALHO, NA CONCEPÇÃO DO TEMPO E A ATUAÇÃO ESTATAL

A industrialização é parte de um processo amplo e constitui elemento fundamental do crescimento e a consolidação do capitalismo que envolveu um período aproximado de 300 anos de transição (do século XV ao XVII) do sistema feudal ao capital. Concomitantes, a industrialização, o crescimento da população (nobre e camponesa que gerou uma massa de mendigos e errantes vivendo de esmolas ou banditismo) e o aumento das necessidades da classe dominante exercendo pressão sobre fornecedores de produtos e serviços, constituíram contradições e condições decisivas para emergência de outro modo de produção (do feudal ao capital). Pressionada pela expansão do comércio, a indústria passou a demandar uma massa de trabalhadores para produção que não dependeu exclusivamente do aumento populacional. Ao mesmo tempo, avançava o comércio, proliferavam indústrias manufatureiras baseadas em diversas atividades, ferro, aço com destaque para o ramo têxtil (TRAGTENBERG, 1971; DOBB, 1991; TIBLE, 2014).

Decorrentes das contradições do modo feudal de produção estão as condições para ascensão do capitalismo que se inicia também pela intensificação do comércio durante o século XV. Se, no feudalismo o homem é explicado pelas características da produção artesanal e do campesinato, a lógica capitalista marca a transição da produção para uso à produção para troca de mercadoria por capital. O excedente de mercadorias forçou a expansão do comércio exterior que determinou a efetivação do capitalismo comercial (PRESTES MOTTA, 1969; ROLL, 1972).

Aliado à isso, efetiva-se um rompimento entre a concepção humana tradicional de trabalho e a interpretação capitalista do mesmo. Enquanto na perspectiva tradicional o trabalho partia de um processo mental onde se manifestava a necessidade humana a ser atendida seguida da ação humana para tal, no sistema de capital a força laboral é apenas parte do processo sendo desvinculada do resultado da própria produção, visto que o trabalho passa à condição mercantil (MIRANDA, 2012). O trabalho torna-se atividade socialmente dominante e sua razão de ser se explica pela racionalidade instrumental de caráter exclusivamente econômico, voltada ao tempo e ao dinheiro. Neste sentido, o trabalho perde significado passando a ser monótono e insuficiente para gerar auto realização do trabalhador que foi destituído do controle sobre a produção e os resultados do seu trabalho (WEBER, 2000; SILVA, 1995; ANTUNES, 2009).

Entre os elementos que contribuem fortemente para concretização da alienação no trabalho está a noção de tempo que sofre alterações profundas na transição da fase pré-capitalista à capitalista. A relação entre tempo e trabalho na sociedade pré-industrial era estreita e tênue, pois o trabalho e a vida em família eram concomitantes, descontínuos e de caráter qualitativo, ou seja, regida mais pela ordem natural. No trabalho agrícola o ritmo era imposto pelas condições do tempo, pela meteorologia e pelas necessidades dos animais da fazenda, para os artesãos era o produto acabado que resultava em algum tipo de renda (ROSENBERG; BIRDZELL, 1986). Para estas atividades (agrícola e artesã) o tempo era interpretado como cíclico, descontínuo e predominantemente qualitativo em torno do qual a

produção agrícola e artesã eram desenvolvidas. Em torno desta interpretação eram organizadas atividades sociais normalmente ligadas à eventos religiosos que norteavam ritos e comportamentos da coletividade (GASPARINI, 2012).

Na sociedade industrializada o tempo torna-se instrumento de controle tanto do trabalho fabril quanto da organização social dos indivíduos. O uso do relógio (tempo mecânico) como referência reforça a separação na relação trabalho e família, a noção de continuidade e a quantificação do tempo na vida social. Se, na sociedade industrial a noção de tempo é representada pela expressão “tempo é dinheiro” de Benjamim Franklin, o significado do tempo representante da sociedade pré-industrial é representado pelo pensamento de Léon Battista Alberti:

“o homem só pode considerar suas três coisas, o corpo, a alma e o tempo. Este último é uma coisa “muito preciosa”, que está à disposição de cada um, mas pode ser utilizada de modos completamente diferentes; mas precisamente, aquele que usa o tempo para aprender, pensar e exercer coisas louváveis, apropria-se efetivamente do seu tempo, enquanto ao contrário, o perde aquele que não sabe utilizá-lo e que “deixa passar uma hora após outra sem nada fazer, sem nenhuma ocupação honesta” (GASPARINI, 2012, p. 113).

O tempo passa a significar dinheiro, o relógio torna-se a referência de disciplina nas fábricas. O princípio da divisão do trabalho, efetivado por Wedgwood por volta 1790 em Etrúria, resultou na divisão da própria fábrica em departamentos conforme o tipo de produto e classificação dos operários conforme as especialidades. O tempo mecanicamente e quantitativamente interpretado é fundamental tanto para o trabalhador quanto para toda engrenagem industrial, daí resulta o estreitamento da relação entre tempo e trabalho. Este modelo, tempo e trabalho, alimenta as organizações produtivas influenciando os envolvidos na produção em alguns aspectos, entre eles a intensificação da carga de trabalho na rotina do trabalhador tendo em vista o aumento da produtividade (ROSENBERG; BIRDZELL, 1986).

Entre as consequências da divisão do trabalho está o impacto na intelectualidade do trabalhador, o fato de o trabalho operário se resumir à um número reduzido de funções específicas influencia no significado do trabalho, pois limita o conhecimento do trabalhador e o aprendizado sobre o ofício. Neste processo ocorre uma expropriação das possibilidades de entendimento, compreensão e ação da classe trabalhadora retida pelo proprietário dos meios de produção (capitalista). Se a constituição da inteligência está atrelada ao exercício das funções cotidianas, a divisão do trabalho reduz e simplifica o desenvolvimento intelectual do operário alcançado por sua rotina de trabalho (MARGLIN, 2001).

Em adição, considerando o tempo diário dispensado ao trabalho, o trabalhador tem sua vida pautada pelas condições de trabalho, condições estas, pautadas apenas pela esfera econômica que determinam local de moradia, formação, relações sociais e entretenimento, tem-se então uma classe com possibilidades de inteligência reduzidas à rotina laboral. Nesta condição ditada pela industrialização a formação para a classe trabalhadora enfatiza o aprendizado e a especialização em técnicas específicas, distanciando-a do conhecimento mais amplo do processo e limitando a sua inteligibilidade (SOUTO; SILVA, 2005).

No contexto voltado à industrialização o estado se adapta ao sistema zelando pelo respeito à autonomia econômica e só intervindo quando solicitado. “O estado moderno, enquanto aparato jurídico-repressivo e enquanto aparato

ideológico, torna-se o instrumento precípua da manutenção das relações sociais de produção, isto é, da ordem econômica constituída” (ROSSI, 1977, p. 33). Emergem as utopias liberal e socialista que, apesar de divergentes, têm em comum o otimismo frente ao futuro. Na visão liberal a propriedade, a livre iniciativa e o livre mercado, sem intervenção do estado, assegurariam o melhor mundo possível, nesta perspectiva destacam-se os trabalhos de Adam Smith, Jean Baptiste Say e David Ricardo.

Também puxado pela industrialização se efetivou o incremento da infraestrutura com a construção de rodovias e ferrovias para transporte de mercadorias destinadas ao mercado. Tal investimento inicialmente não considerou a necessidade de transporte acessível aos trabalhadores, esta somente se concretiza em Londres, por volta 1870 a partir do movimento de radicais e operários, foram abertos trechos com trens para transporte de funcionários das fábricas de acordo com a Lei dos Transportes Baratos emitida pelo Parlamento Inglês. O transporte constitui mais um dado demonstrativo do aumento da classe operária pelo incremento no volume de passagens num período de 20 anos (1880-1900), entre 1882 e 1894 o número de passagens aumentou de 25 mil para 7 milhões envolvendo todas as ferrovias no entorno de Londres (HOBSBAWN, 2000).

“Entre as principais características do capitalismo está a presença de poderosas e grandes organizações de alcance mundial que atuam apoiadas por um Estado importante e de grande prestígio” (PRESTES MOTTA, 1981, p.17). Compreender as circunstâncias que facilitaram a emergência de grandes organizações empresariais é um passo importante no entendimento da organização da sociedade. Historicamente a empresa constitui o principal agente promotor da divisão hierárquica do trabalho, no período pré-capitalista (mercantilismo) o comércio internacional de mercadorias foi capitaneado pelas empresas que emergiram das oficinas que ascenderam calcadas na circulação de mercadorias (PRESTES MOTTA, 1981).

2.2 SIMULTANEIDADE DA EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DO GERENCIAMENTO

Paralelamente à industrialização e à precarização das condições de trabalho se efetiva a constante tensão entre classes, a classe operária inicia sua organização associativa em busca de melhores salários e condições de vida e de trabalho. Até o final do século XVIII os sindicatos atuavam fragmentados conforme o tipo de atividade que representavam restritos à região geográfica de abrangência, não havia nenhum tipo de organização entre eles, o que resultava em ausência de uniformidade de ações em nome dos interesses e necessidades dos operários. A negociação relativa às horas de trabalho e faixa salarial era específica à região de atuação de cada sindicato. O movimento sindicalista emerge da intensificação da tensão entre burgueses e operários e, ao mesmo tempo, vai se apresentando com uma das contradições resultantes do modo de produção capitalista (HOBSBAWN, 2000; RODRIGUES, 2009).

Complexidade e divergências marcaram a estruturação da força sindical como contraponto ao aprofundamento da visão da força de trabalho como mercadoria. Os pioneiros na formação dos sindicatos foram ex-artesãos qualificados que haviam passado da condição de independentes à condição de assalariados sujeitos ao regime disciplinar das fábricas, eram “sindicatos de ofício. Nesta fase, a

motivação de maior relutância foram as mudanças no aspecto social dos operários e não o formato da organização do trabalho pois, muitas das técnicas na realização do trabalho se mantiveram e a alteração fundamental se deu em função da perda de propriedade sobre os resultados do trabalho (BOTTOMORE, 2001; RODRIGUES, 2009).

A estruturação de uma classe operária relativamente homogênea, concentrada nas grandes fábricas, organizada em sindicatos nacionais e dotada de maior poder de pressão, só ocorreu com o predomínio da grande indústria, isto é, quando a taxa de produtividade e a tecnologia mais avançada tornaram economicamente viável a elevação dos salários reais sem que a capacidade de reinversão do sistema industrial fosse seriamente prejudicada (RODRIGUES, 2009, p. 49-50).

Por meio da hierarquia originada a partir da divisão do trabalho, se efetiva a separação entre quem planeja e quem executa as funções produtivas, nesse processo se estrutura a burocracia caracterizada pela presença de um pequeno grupo que administra e controla a empresa. A partir das oficinas se organizam empresas de porte familiar que acumulam capital, calcadas no aprofundamento da divisão do trabalho tornando-se grandes organizações. Em síntese, juntas a divisão do trabalho e a hierarquia constituem fatores fundamentais para ascensão das empresas capitalistas e a emergência da função gerencial (PRESTES MOTTA, 1981; VIZEU, 2010).

No chão de fábrica se aperfeiçoaram as técnicas de organização racional do trabalho a partir de estudos científicos capitaneados por Frederick Taylor nos Estados Unidos. Com discurso de cunho ideológico os precursores referiam-se aos resultados como excepcionais em relação aos anteriores produzidos sem a organização sistemática do trabalho. O surgimento dos monopólios a partir da produção concentrada, fusões envolvendo bancos e indústrias explicam a formação do capital financeiro (BEAUD, 1991). Em meio à tensão, o capitalismo se renova a partir de exportação de produtos e capital, o acirramento da concorrência em nível internacional e a franca ascensão da política do capital financeiro, tais fatores justificam a denominação desta fase de crise do capitalismo como imperialismo.

A prática do gerenciamento, fundamentada no aperfeiçoamento da separação entre quem pensa e quem produz, se consolida na atividade de alguém considerado iluminado e capacitado para decidir em nome de muitos. Sob o olhar dialético, esta prática gerencial se contrapõe à concepção de *práxis* que pressupõe atividade acompanhada de reflexão do indivíduo e se volta à coletividade (KOSIK, 2010). Tal constatação se equipara à análise de Pereira (2011)² no caso dos programas de educação ambiental.

A perspectiva gerencial se concretiza por meio da prática social na qual encontram-se indivíduos em um núcleo organizado fundamentado na busca da eficácia do ponto de vista econômico. Esta condição justifica o comportamento racional instrumental da organização que espera dos indivíduos que a compõe um comportamento moldado de acordo com as condições por ela impostas. Para tanto o processo de socialização tem sido pautado por ações de modelagem e doutrinação dos indivíduos ingressantes (PRESTES MOTTA, 1981; CHANLAT, 2000).

² O trabalho apresenta antagonismos e dissensos entre o processo de licenciamento ambiental e os programas de educação ambiental efetivados pelo IBAMA.

A gestão tem sua fonte de existência no aprofundamento da divisão do trabalho e se concretiza como alternativa para a eficácia organizacional através, principalmente, do aperfeiçoamento da exploração da força de trabalho (PRESTES MOTTA, 1981; TAYLOR, 1995; CHANLAT, 2000; SANTOS; OLIVEIRA, 2015). Tal razão de ser expressa o fundamento racional instrumental manifesto no pensamento que conduziu a ação dos princípios clássicos do gerenciamento em relação à identidade de interesse entre empregadores e empregados que caracteriza (ou reduz) o trabalhador ao aspecto econômico (*homo economicus*):

“A maioria desses homens crê que os interesses fundamentais dos empregadores e empregados sejam necessariamente antagônicos. Ao contrário, a administração científica tem, por seus fundamentos, a certeza de que os verdadeiros interesses de ambos são um único e mesmo: de que a prosperidade do empregador não pode existir, por muitos anos, se não for acompanhada da prosperidade do empregado, e vice-versa, e de que é preciso dar ao trabalhador o que ele mais deseja – altos salários – e ao empregador o que ele realmente almeja – baixo custo de produção.” (TAYLOR, 1995, p. 25).

A interpretação faz uso da racionalidade que constitui a base do modo de produção em vigência e concretiza a reificação do trabalhador como instrumento do processo produtivo regido pelas leis do mercado. Esta ideia aparente de identidade de interesses tem predominado historicamente o pensamento administrativo justificando a constante busca por melhores técnicas ou modelos de gestão em função da eficácia organizacional. Embora a denominação tenha sido alterada, de acordo com a teoria em voga como homem social, homem organizacional, homem funcional (TENÓRIO, 1997). O pensamento dominante interpreta o trabalhador como mais um recurso (ou o principal deles) que alimenta a grande engrenagem organizacional que, por sua vez, alimenta o mercado dominado pelas organizações (TRAGTENBERG, 1971).

Numa perspectiva crítica, alguns estudos (SEIFERT; VIZEU, 2015; ANTUNES, 2000) têm demonstrado dados que contrariam a ideia de liberdade calcada na industrialização e no crescimento econômico. Consequências como desemprego, exploração de mão-de-obra barata com alta carga horária de trabalho semanal explicam a caminhada promissora de grandes corporações de alcance mundial. De forma geral prevalece a lógica da sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso dos produtos e a ilusão de que “menos trabalho significa mais liberdade”. De imediato se mostra evidente nesta linha de pensamento o rompimento da mediação exercida pelo trabalho entre o homem e a natureza (ANTUNES, 2000).

Ferramentas gerenciais, controle e eficiência estão entrelaçados e andam de mãos dadas num modelo idealista, pautado nas regras do mercado, que alimenta o crescimento e a consolidação organizacional. Tanto as ferramentas quanto o controle, coexistem em função da eficiência que explica e justifica a razão de ser do gerenciamento. Calcado no argumento do conhecimento técnico, o gerenciamento constitui uma busca constante de saberes voltados ao aperfeiçoamento organizacional onde prevalecem a racionalidade instrumental e a funcionalidade e sucumbem o aspecto humano, a reflexividade, a subjetividade e o significado do trabalho como mediador da relação homem-natureza. Neste movimento se concretiza a sociedade organizacional à base da reificação do sujeito onde as relações de troca se sobrepõem ao significado das relações humanas concretas e ao valor de uso dos produtos (TENÓRIO, 1997).

Os resultados alcançados com o uso dos modelos gerenciais foram além das organizações de capital expandindo seu alcance à outras formas organizacionais que, mesmo sendo de diferentes naturezas, foram encampadas pela lógica gerencialista. Sob a justificativa da melhoria nos retornos obtidos (relação custo-benefício) a partir da eficiência alcançada, os argumentos se pautam na necessidade eminente de acompanhamento das mudanças da ordem econômica em nível mundial, que defende o desenvolvimento calcado no crescimento econômico. É sob tal base que se fundamentam os modismos gerenciais (TQM, reengenharia e outros) A respeito deste apontamento há que se considerar qual tem sido a base que sustenta a argumentação da mudança constante e o papel das organizações no movimento das “alterações ambientais” (expressão utilizada para justificar a necessidade de inovação gerencial).

Neste sentido, tanto a produção do conhecimento quanto a aplicação das ferramentas gerenciais, carecem de reflexão e entendimento acerca dos pressupostos que embasam as mudanças. Considerando a mudança como uma construção social (BERGER; LUCKMANN, 1985) também é possível questionar se a busca desenfreada por ferramentas gerenciais mais eficientes não seria um argumento das organizações em função de mudanças provocadas por elas mesmas no contexto organizacional (GREY, 2003).

A respeito da expansão da aplicação das ferramentas gerenciais em outros âmbitos organizacionais destacam-se a esfera da educação, organizações voltadas ao social e organizações associativistas. A adoção dos modelos demonstra a colonização da lógica gerencial, sob o argumento da eficiência, na esfera da formação humana que, gradualmente cedendo à pressão da ideia do mercado e da competitividade, teve seus esforços direcionados à formação voltada à demanda do mercado. Mesmo sob a persistência dos críticos da educação o direcionamento foi sendo implantado desde a concepção da estrutura curricular na formação escolar (CUNHA, 2001; NICOLINI, 2003; YOUNG, 2011) até a implantação de sistemas avaliativos (ALCADIPANI, 2011).

O alastramento dos modelos do gerenciamento alcançou o âmbito de organizações com fins sociais (denominadas do terceiro setor) e associativistas (organizações de ajuda mútua como associações e cooperativas). Influenciados pela perspectiva da eficiência tais tipos organizacionais, paulatinamente, passaram a fazer uso das ferramentas gerenciais (planos estratégicos e formas de controle) na intenção de melhorar resultados via gestão e ação estratégica (com foco em resultados). Ao que parece, o argumento da necessidade de acompanhamento e reação à mudança serve para justificar a adoção destas práticas. Nas organizações voltadas ao social a gestão social alinha-se à gestão estratégica numa ação em que esta se sobrepõe à aquela subvertendo a razão de ser da busca do bem comum (característico das organizações com fins sociais) à ação voltada para resultados que caracteriza a gestão estratégica (TENÓRIO, 1998).

Na esfera das organizações associativistas que surgiram a partir das necessidades comuns entre os fundadores como meio para obter acesso à bens e serviços impossíveis de serem acessados individualmente, o modelo gerencial também foi implantado sem restrições. Particularmente no caso das cooperativas, que constituem o foco deste trabalho, a adesão às ferramentas gerenciais tem sido justificada pela necessidade eminente de resposta às condições ditadas pelo mercado e como caminho para tornar estas organizações competitivas colocando-as no patamar de disputa das organizações de capital. Tal direcionamento pode ser

comprovado pelo caminho tomado tanto na prática de heterogestão (gestão profissional) das cooperativas, quanto na produção do conhecimento na área (WAACK; MACHADO FILHO, 1999; ZYLBERSZTAJN, 2002; FAVACHO, 2012).

A trajetória dos diferentes tipos organizacionais demonstra que, mesmo que tenham origem, natureza e contextos de criação díspares, paulatinamente foram aderindo às características do modelo burocrático de organização estudado por Weber. A perspectiva unidimensional totalitária da eficiência voltada para a competitividade centrada no mercado, norteadora das organizações voltadas ao capital, atuou como uma espécie de agente colonizador sem precedentes de escolas, universidades, clubes de serviço, associações, cooperativas e outros tipos não abordados nesta discussão. Neste processo totalizante torna-se possível evidenciar a contradição decorrente da visão unidimensional em questão.

Concomitantemente se verifica a uniformidade nas práticas pautadas na racionalidade instrumental da ação estratégica (voltada à resultados) e gestão em função da eficiência, sem que sejam considerados os pressupostos de base de cada tipo organizacional. Ora, escolas e universidades têm por natureza e finalidade a formação de pessoas em diferentes níveis e áreas nas quais uma das esferas a ser contemplada é o preparo para o mercado e sua razão de ser vai além da redução à quantificação em termos de tempo e recursos necessários para tal formação enfocados pela visão gerencialista. No caso das organizações de fins sociais o fundamento da criação e razão de ser está na busca do bem comum, no entanto, as ações em curso permitem “inferir que discurso e a prática de gestão social têm se pautado na lógica de mercado, da gestão estratégica, e não por questões de natureza social” (TENÓRIO, 1998, p. 2).

A argumentação também se evidencia no âmbito das organizações de origem associativista nas quais a contradição corrobora a aparente uniformidade da ação estratégica apesar dos diferentes fundamentos. A equiparação inadequada equipara associações e cooperativas, que constituem sociedades de pessoas, às empresas de capital, voltadas à maximização do capital, no patamar da disputa de mercado. Racionalmente encontram-se centradas na competitividade do mercado organizações divergentes em seus princípios fundantes, ou seja, a visão totalitária que na aparência defende que os fins sejam semelhantes (voltada à resultados), obscurece as diferenças existentes na essência das organizações em questão. Trata-se de, ilusoriamente, demonstrar homogeneidade ofuscando a heterogeneidade nos fundamentos organizacionais.

2.3 ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA, GESTÃO SUAS IMPLICAÇÕES E CONTRADIÇÕES

O movimento moderno da cooperação, desde sua gênese nas primeiras experiências de cooperativas, manifestou a intenção de superar a condição de alienante dos operários causada pela ênfase no aspecto econômico do desenvolvimento industrial. Também esteve presente, tanto nas ideias dos socialistas utópicos quanto na prática do movimento operário, a preocupação com formas de instruir a classe operária por meio de ações educativas como forma de superar a ignorância alimentada pelo trabalho repetitivo nas fábricas. Em favor deste intento defendiam a destinação de parte dos retornos obtidos para organização de espaços equipados com materiais (livros, jornais, periódicos, etc) para leitura que também seriam espaços de descanso e convivência social entre operários

(SCHNEIDER, 1991; GIDE, 2008). Paralelamente à medida que se acirrava a pressão por parte dos industriais na produção fabril também se fortaleciam entre os operários as ideias de superação das condições miseráveis.

Divergências e complexidade permearam a trajetória do movimento cooperativo já na sua fase inicial. Conflitos de ideias emergiram entre os defensores das sociedades cooperativas e os socialistas que priorizavam a revolução. Se, de um lado, a causa da precariedade das condições de vida e de trabalho classe operária os unia, de outro lado, os caminhos pensados e propostos para a superação da exploração da força de trabalho seguiam rumos diferentes. Sob o ponto de vista socialista a situação de precariedade só seria superada pela concretização da revolução que, calcada na intensificação das contradições do modo de produção em vigência (capitalismo), resultaria na transição da sociedade classes para uma sociedade sem classes. A organização da sociedade com ausência de classes estava entre os argumentos dos defensores das cooperativas ao entenderem que, possivelmente o novo sistema de produção, seria dominado de alguma forma por um pequeno grupo emergente do próprio movimento operário (BOTTMORE, 2001; GIDE, 2008).

Na perspectiva dos cooperativistas o capitalismo seria suplantado através da disseminação das sociedades cooperativas que, aos poucos e de forma sutil, resultaria na melhoria das condições de vida e de trabalho da classe operária. Destacavam-se os argumentos da presença de operários na propriedade e direção das cooperativas, os benefícios resultantes do acesso ao crédito e aos bens de consumo. Aliados à estes estariam ganhos associados como conhecimento e reconhecimento social (SCHNEIDER, 1991; IVANOVSKI, 2012).

Os anseios cooperativistas em favor da superação da reificação do homem são expressos por Gide (2008, p. 26) ao se referir à elevação do nível de vida do operário:

“E é verdade que as coisas correm desse modo para o proletário, que conta apenas com seus braços, que vive dia a dia e, não podendo esperar, é sofrer a lei da fatalidade. Mas, se esse operário tem, como se diz, “o pão sobre a mesa”, ou, o que é melhor ainda, se tem atrás de si os armazéns de aprovisionamento de uma associação poderosa e rica, e dinheiro depositado na poupança, então, já deixa de ser uma coisa: é um homem”.

Questionados pelos defensores do socialismo sobre a impossibilidade de aquisição dos meios de produção devido aos limites de acumulação de capital dos trabalhadores, os cooperativistas enfatizavam não ser esta a sua pretensão. Não estava entre as preocupações dos cooperativistas a apropriação de bens e o conseqüente acúmulo de capital em grandes volumes, mas sim a conquista de melhores condições de vida e de trabalho por meio do contínuo aumento do número de pessoas que estariam aderindo às sociedades cooperativas pela livre adesão à um sistema de produção e consumo de portas abertas à todos os homens (LUXEMBURGO, 1979; GIDE, 2008). “...o que basta ao nosso ideal é um mundo, onde o acesso à fortuna esteja aberto a todos os homens de boa vontade, onde cada qual tenha a certeza de colher o que semeou, onde ninguém enriqueça a expensas do trabalho de outros...” (GIDE, 2008, p.29).

A tensão entre a classe operária e os industriais que marcou a movimentação em torno da organização dos pioneiros de Rochdale é descrita com

certa propriedade por Holyoake (2000)³. O foco no trabalho fabril limitava a capacidade de reflexão e de expressão dos trabalhadores, tal condição se tornava visível na demanda por negociação gerada pelo fortalecimento do movimento operário. O ato da negociação era interpretado como exigência suportável pelos patrões e como entrevista pelos empregados em que a comunicação oral predominava e era conduzida de acordo com as habilidades de cada uma das partes. Sentimentos de insegurança e despreparo se faziam presentes inclusive nos encontros entre trabalhadores para decisões de encaminhamentos de ações em conjunto como no caso da assembleia que decidiu a formação de um grupo para negociar com industriais em 1843 no distrito de Lancashire na Inglaterra onde as tecelagens prosperaram baseadas no trabalho da massa operária.

Quem iria? Apenas foi formulada essa pergunta, os oradores mais entusiasmados achavam prudente guardar um silêncio escrupuloso. Deixaram de ouvir-se os gritos: “Não nos submeteremos”. “Hão de ver quem somos nós!”, etc. Cinco minutos antes, todos queriam fazer parte da comissão – agora permaneciam todos calados, como os ratos da velha fábula, que concordavam com a necessidade de pendurar um guiso ao pescoço do gato, sem que nenhum quisesse encarregar-se da missão tão difícil, os ratos da assembleia reconheciam unanimemente que a tarefa era bastante embaraçosa” (HOLYOAKE, 2000, p. 20).

O contemporâneo entre os pioneiros acrescenta que a tarefa de negociar era estranha para a realidade operária, um campo desconhecido gerador de insegurança e receio pelas possíveis retaliações que poderiam resultar da ação de enfrentamento. Aliado à isso, apresentava-se a indisponibilidade de recurso financeiro para qualquer ação em conjunto, ausência de habilidade para negociação e falta de dinheiro para financiar o movimento operário andavam de mãos dadas. Não foi diferente para o grupo de tecelões que, após várias tentativas frustradas de negociação com proprietários de tecelagens, marcadas inclusive por ações violentas dos patrões, na Rua do Sapo em Lancashire decidiram pelo compromisso de ajuda mútua para aquisição de bens de consumo.

O foco exclusivo no aspecto econômico constitui, de um lado, a manifestação da precariedade da classe operária no atendimento das necessidades básicas como alimentação e moradia. De outro lado, significa o ponto de emergência do sentimento da insatisfação e surgimento de alternativa de mudança. É a partir da falta de produtos de primeira necessidade que emergiram as experiências cooperativas como iniciativas de formas alternativas para superar dificuldades em comum. Trata-se de uma fonte concreta de alienação que, aliada à emergência da capacidade reflexiva dos tecelões na opinião de Rodrigues (1974) e Schneider (1991) serviu de base para busca de superação da condição alienante.

Diferentemente de boa parte dos escritos sobre o surgimento do movimento das cooperativas baseados em uma visão unilateral, a concretização das experiências se deu em meio a contradições e disputas entre patrões e empregados, até mesmo entre trabalhadores dentro do movimento operário. A experiência de ajuda mútua dos pioneiros de Rochdale pautou-se na dificuldade financeira como ponto de partida, mas foi além dela, implicou no desenvolvimento de habilidades de

³ A obra original produzida no inglês por volta de 1877 e reproduzida por Archimedes Taborda em 1932, a partir de uma versão em espanhol. “Holyoake foi contemporâneo dos “28 tecelões, conheceu-os. Privou com eles, a tal ponto que, como ele mesmo o diz neste livro, foi um dos oradores, na festa de inauguração do novo armazém em 1867” (HOLYOAKE, 2000, p. 17).

reflexão, comunicação, envolvimento e negociação extrapolando já nas suas raízes a esfera econômica.

Ainda assim, as iniciativas para superar a exploração se desenvolveram em diferentes momentos nos diferentes países onde a industrialização predominou. A experiência dos pioneiros de Rochdale, considerada a primeira cooperativa moderna, se deu naquele país onde a industrialização também foi pioneira na primeira fase da Revolução Industrial. Em outros países como a Alemanha, a classe dos trabalhadores contava com o apoio de pensadores que como Marx *et al.* (1979), viam no movimento operário, possibilidades de superação da lógica de exploração imposta pelo capital por meio das experiências de cooperação. Seriam as manufaturas cooperativas sem a presença de senhores empregadores da força de trabalho, a alternativa de produção em escala, de propriedade dos operários (SCHNEIDER, 1991; PONTES, 2004).

Nas cooperativas a atividade diretiva, característica contraditória da gestão imposta pelo modo capitalista de produção⁴, é superada no ideal de sistema cooperativo, pois o diretor é remunerado e representa os trabalhadores, não o capital. No mesmo sentido é superada a dicotomia capital e trabalho, os trabalhadores são ao mesmo tempo produtores e proprietários que usam os meios de produção em função de si próprios (MARX *et al.*, 1979).

O cooperativismo moderno constitui ao mesmo tempo uma forma de resistência às condições de exploração impostas pela dinâmica capitalista e representa mais uma alternativa de reprodução capitalista minimizando as consequências negativas geradas por ele. Como ação de oposição porque, mesmo desprendido de luta armada, emergiu das contradições do sistema de capital postas na precariedade vivida pela classe operária promovida principalmente pela exploração do trabalho, a partir daí surgiu a insatisfação seguida de ações de reivindicações não atendidas pelos industriais que desencadearam ações informativas e formativas de operários em nome da possibilidade de mudança. São as condições sociais e de contexto que permitem essa associação do movimento na sua fase inicial com a ação de resistência.

A condição de ajustamento ao sistema de capital se efetiva na trajetória cooperativista e se concretiza em diferentes momentos justificados por diferentes argumentos pelos envolvidos na cooperação. Tal afirmação se confirma na análise do distanciamento entre o discurso proferido pelos cooperativistas e as práticas que norteiam a atuação das cooperativas. Contradições como gestão altamente profissionalizada, foco na produtividade para atender as condições de mercado, políticas adotadas na gestão da força de trabalho e outras evidências discutidas por diversos autores (WAACK; MACHADO FILHO, 1999; RICCIARDI; LEMOS, 2000; ZYLBERSZTAJN, 2002; PINTO; GRAELM, 2010; PAROLIN; ALBUQUERQUE, 2011) destacam-se nas análises.

Compreender o cooperativismo implica olhar a trajetória cooperativista além de uma perspectiva objetivista e idealista da realidade, pressupõe considerar contradições decorrentes das condições sociais, materiais e de produção dos cooperadores entendendo na essência quais motivos e ideais determinaram a ação conjunta e a criação da cooperativa. O movimento foi historicamente permeado por ideias e práticas heterogêneas desde sua constituição. A ausência de uniformidade

⁴ Na lógica capitalista o salário da função de direção resulta da expropriação da força do trabalho operário, ou seja, é igual à quantidade de trabalho alheio e depende diretamente da intensidade com que o faz.

esteve presente já nas ideias elaboradas pelos socialistas utópicos e suas primeiras experiências de cooperativas, nas opiniões entre os pioneiros cooperadores membros do movimento operário e no direcionamento tomado pela representação internacional em sua primeira década de atuação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação das cooperativas revela alterações de rumo na caminhada destas organizações e do movimento em torno da cooperação. Diferente do direcionamento inicial dado às primeiras cooperativas, voltadas à condição de resistência e enfrentamento ao sistema de capital, o cooperativismo efetivou uma transição à condição de ajuste ao sistema em vigência. Neste panorama encontram-se cooperativas, sociedades de pessoas, e organizações empresariais, sociedades de capital, centradas no duelo da competitividade voltadas ao mercado.

Nossa interpretação defende que tais alterações de rumo vão além da necessidade de sobrevivência defendida por alguns pesquisadores da área, trata-se de uma transição que não se revela a partir de análise pontual e pautada na objetividade. Compreender estas mudanças implica ir além do discurso aparente e da visão unilateral pela qual têm sido descritas e analisadas as organizações cooperativas. Significa ponderar e incluir nos estudos outros elementos não abordados nesta discussão, entre eles a trajetória da organização representativa do cooperativismo, as diferenças de ideias que marcaram as definições de rumo das cooperativas e os aspectos influenciadores da expansão do movimento nas diferentes realidades.

Acredito que uma agenda de pesquisa nesta direção, pautada por análise histórica e contextualizada, pode responder questionamentos como: porque Rochdale, embora sendo uma cooperativa de consumo, é adotada como referência pelo cooperativismo; sob quais bases se estruturam pseudocooperativas voltadas mais à exploração da força de trabalho do que à defesa dos interesses do trabalhador.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R. A academia e a fábrica de sardinhas. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 57, abr/jun/2011.

ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G (coordenadores). *A cidadania negada*. Buenos Aires: CLACSCO, Setembro, 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEAUD, Michael. **História do capitalismo** – de 1500 até nossos dias. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BERGER, P.; LUCKMANN. T. **A Construção social da realidade**. Tradução Floriano de Souza Fernandes Ed Vozes: Petrópolis, 1985.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHANLAT, J. F. **Ciências sociais e management** – reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 2000.

CUNHA, M. V. **John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento**. Revista Brasileira de Educação, n. 17, mai/jun/jul/ago/2001.

DOBB, Maurice H. **A evolução do capitalismo**. Tradução Manoel do Rêgo Braga. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FAVACHO, A. S. S. **Gestão de Cooperativas: fatores que influenciam no resultado – uma análise de duas cooperativas de flores na região metropolitana de Belém, estado do Pará**. Dissertação apresentada ao Programa de mestrado em administração da Universidade da Amazônia, 2012.

GASPARINI, G. **Tempo e trabalho no ocidente**. In: CHANLAT, J. (coord). O indivíduo na organização – dimensões esquecidas. Organização da edição brasileira: Ofélia de Lanna Sette Torres; tradução: Cristina T. Costa; Maria Helena C. V. Trylinski, /Ofélia de Lanna Sette Torres; Revisão técnica: Carlos Osmar Bertero. São Paulo: Atlas, 2012.

GIDE, C. **O Cooperativismo**. Tradução Egídio Francisco Schmitz. Editora Confedras: Brasília, 2008.

GREY, C. O fetiche da mudança. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 1, jan/mar/2003.

HOBBSAWN, Eric. **Mundos do trabalho – novos estudos sobre a história operária**. 5ª ed. Tradução Waldea Barcelas e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLYOAKE, G. **Os 28 tecelões de Rochdale**. Série Saber/fazer Unimed. Ws editor: Porto Alegre, 2000.

IVANOVSKI, S. **Challenges of the Cooperative Movement in addressing of human security in the context of a neoliberal world: the case of Argentina**. Thesis submitted to the honors council for honors in international relations. April, 2012.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LUXEMBURGO, R. **As cooperativas**. In: MARX, K.; LUXEMBURGO, R.; LENINE, P.; TSE-TUNG, M. **Cooperativismo e socialismo**. Centelha: Coimbra, 1979.

MARGLIN, S. Origem e funções do parcelamento de tarefas. In: GORZ (org). **Crítica à divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, K.; LUXEMBURGO, R.; LENINE, P.; TSE-TUNG, M. **Cooperativismo e socialismo**. Centelha: Coimbra, 1979.

MIRANDA, A. C. **Reflexões acerca da situação e dos problemas referentes à crise sócioambiental e seus reflexos à saúde humana**: uma contribuição a partir do materialismo histórico e dialético. Tese apresentada ao Doutorado em Ciências na área de saúde pública e meio ambiente. Rio de Janeiro: setembro/2012.

NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 2, abr/mai/jun/2003.

PAROLIN, S. R. H.; ALBUQUERQUE, L. G. Gestão Estratégica de pessoas para a inovação o caso da frimesa cooperativa central. **Revista de administração da UFSM**, v. 4, n. 1, jan/abr/2011.

PEREIRA, M. O. P.; **PEAS – Programas de educação Ambiental no licenciamento uma análise e uma proposta pedagógica para além do capital**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande/2011.

PINTO, G. J. S; GRAELM, A. Alinhamento entre tecnologia da informação e negócios: o caso de uma cooperativa médica no Paraná. **REGE São Paulo**, v. 18, n. 2, abr/jun/2011.

PONTES, D. R. Configurações contemporâneas do cooperativismo: da economia ao direito. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

PRESTES MOTTA, F. C. **O racionalismo capitalista e a evolução da empresa moderna**. Monografia de mestrado apresentada à Escola de administração de empresas de São Paulo da FGV, 1969.

PRESTES MOTTA, F. C. **O que é burocracia**. São Paulo, Brasiliense: 1981.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. **Cooperativa, a empresa do século XXI**. São Paulo: LTr, 2000.

RODRIGUES, L. M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. São Paulo: Editora Brasiliense: 1974.

RODRIGUES, L. M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2009.

ROLL, E. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

ROSENBERG, N.; BIRDZELL JR, L. E. **A história da riqueza do ocidente – a transformação econômica no mundo industrial**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

ROSSI, W. G. **Capitalismo e educação**. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Dezembro de 1977.

SANTOS, A. C. B; OLIVEIRA, J. A. Concepções de Administração e Administrador em tempos de capitalismo flexível: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE**, v. 13, n. 1, jan/mar/2015.

SCHNEIDER, O. **Democracia- participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 1991.

SEIFERT, R. E.; VIZEU, F. Crescimento organizacional: uma ideologia gerencial?. **Revista de Administração de Empresas**, v. 19, n. 1, jan/fev/2015.

SILVA, J. P. **A crise da sociedade do trabalho em debate**. In: Lua Nova n 35/1995.

SOUTO, j. M.; SILVA, R. Trabalho, controle e resistência nas sociedades capitalistas: uma perspectiva organizacional. **Revista Organizações e Sociedade**, v. 12, n. 33, abr/jun/2005.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

TENÓRIO, F. O trabalho numa perspectiva teórico-crítica: Um exercício conceitual. **Revista Organizações e Sociedade**, v. 4, n. 10, set/dez/1997.

TENÓRIO, F. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, n. 5, 1998.

TIBLE, J. **Marx e os outros**. In: Lua Nova, 91, 2014.

TRAGTENBERG, M. A teoria geral da administração é uma ideologia? **Revista de Administração de Empresas**, v. 11, n. 4, out/dez/1971.

VIZEU, F. (Re) contando a velha história: reflexões sobre a gênese do *management*. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, set/out/2010.

WAACK, R.; MACHADO FILHO, C. P. **Administração Estratégica em Cooperativas Agroindustriais**. In: II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas agroalimentares. PENZA/FEA/USP. Ribeirão Preto, 1999.

WEBER, M. **Economia e Sociedade- fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília: UNB, 2000.

YOUNG, M.F.D. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento - o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, set/dez/2011.

ZYLBERSZTAJN, D. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas**. In: XIV Seminário de Política Econômica: Cooperativismo e Agronegócio, Universidade Federal de Viçosa, outubro, 2002.